



ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Cid diz que Bolsonaro sabia do plano golpista

No depoimento a Alexandre de Moraes, militar relata que o ex-presidente estava ciente do planejamento contra o Estado Democrático de Direito. Ele sustenta, porém, não saber se o ex-chefe do Executivo participou da trama para assassinatos

» RENATO SOUZA

O depoimento do tenente-coronel Mauro Cid ao ministro Alexandre de Moraes, na quinta-feira, deve agravar a situação do ex-presidente Jair Bolsonaro, um dos 37 indiciados no inquérito que apura a tentativa de golpe de Estado. De acordo com fontes ouvidas pelo **Correio**, o militar afirmou, na oitiva, que o ex-chefe do Executivo sabia da trama antidemocrática. Cid era responsável por organizar a agenda de Bolsonaro e acompanhá-lo em eventos tanto externos quanto dentro dos Palácios do Planalto e da Alvorada.

No entanto, segundo fontes com acesso ao caso, ouvidas pela reportagem, Cid não disse que Bolsonaro sabia do plano de assassinato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do vice Geraldo Alckmin e do próprio Moraes. O advogado do militar, Cezar Bittencourt, fez declarações nesse sentido em entrevista à Globo News, mas em poucos minutos recuou.

Fábio Wajngarten, advogado de Bolsonaro e ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, disse que a declaração de Bittencourt é “digna de concurso de humor”.

Cid sustentou desconhecer a trama para os assassinatos das autoridades e, consequentemente, se o ex-presidente estava ou não envolvido no comando das ações que pretendiam atentar contra a vida de políticos eleitos e do magistrado do Supremo.

Na entrevista à Globonews, Bittencourt declarou que Bolsonaro sabia de tudo. “Confirma que sabia, sim, na verdade, o presidente de então sabia tudo. Na verdade, comandava essa organização”, afirmou o defensor de Cid.

Em conversa com investigadores, a reportagem confirmou que Cid menciona Bolsonaro, mas não deu detalhes sobre reuniões e troca de informações para discutir a tentativa de golpe. A respeito do plano para matar Lula e Alckmin, o tenente-coronel afirmou que o então presidente “sabia que uma movimentação estava acontecendo”.

Na entrevista concedida à emissora de TV, o advogado de Cid destacou que não tinha

informações sobre um planejamento dos assassinatos, mas reforçou que o cliente contou que Bolsonaro estava ciente das articulações.

“O presidente, segundo a informação, teria conhecimento dos acontecimentos que estavam se desenvolvendo. Isso ele não pode negar, mas não tem nada além disso. Eu não falei de plano de morte, plano de execução, de execução como sendo o plano de morte. Falei da execução do plano pensado, imaginado, desenvolvido, nesse sentido. Eu não sei que tipo de golpe poderia ser. Agora, (Bolsonaro) tinha interesse no acontecimento que estava acontecendo naqueles dias, o presidente sabia,” completou Bittencourt.

“Memória seletiva”

Wajngarten, por sua vez, comentou que Bittencourt parece ter “memória seletiva”. “Entrevista digna de concurso de humor. Além de o nobre colega advogado demonstrar uma memória seletiva, ficou evidente que estava sendo pautado por terceiros, num roteiro preestabelecido”, rebateu. “A entrevistado percebe a encenação e questiona de imediato se ele estava sendo pressionado ou ameaçado por alguém. O entrevistado busca encerrar a entrevista de todo modo”, acrescentou.

Wajngarten lembrou que as primeiras declarações eram de que o tenente-coronel tinha citado Braga Netto. “Ontem (quinta-feira), o dia foi de declarações sobre Braga Netto; hoje (ontem), um esquecimento oportuno e declarações que buscam criminalizar o presidente, que nada fez. Melhor mesmo é ir repousar um pouco e parar de dar entrevistas sem sentido. Deve ser o estresse. Vai fazer bem”, completou o advogado.

O ex-ajudante de ordens de Bolsonaro foi ouvido por causa de contradições e omissões em seus depoimentos na delação premiada. Após a audiência, Moraes entendeu que as explicações foram satisfatórias e manteve a validade do acordo.

Tanto Cid quanto Bolsonaro foram indiciados pela PF no inquérito que apura os ataques de 8 de janeiro e a tentativa de golpe de Estado.

Dida Sampaio/Estadão Conteúdo



Mauro Cid e Bolsonaro, ambos indiciados pela Polícia Federal: tenente-coronel teve de se explicar sobre omissões na delação premiada



Entrevista digna de concurso de humor. Além de o nobre colega advogado demonstrar uma memória seletiva, ficou evidente que estava sendo pautado por terceiros, num roteiro preestabelecido”

Fábio Wajngarten, advogado de Bolsonaro, sobre defensor de Cid

Sigilo máximo sobre relatório

» RENATA GIRALDI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), adotou sigilo 4-5 no inquérito sobre a tentativa de golpe de Estado, que envolve o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 36 pessoas.

O **Correio** apurou que, para garantir segurança absoluta, apenas um desembargador e um juiz que trabalham diretamente com Moraes têm acesso ao inquérito de 884 páginas. Também por precaução, o ministro decidiu trabalhar desconectado da internet e orientou que seus assessores façam o mesmo.

O relator deve remeter na segunda-feira à Procuradoria-Geral da República (PGR) o relatório final do inquérito. Nele, Bolsonaro e 24 militares são indiciados por golpe de Estado, abolição

violenta do Estado Democrático de Direito e organização criminosa. Há, ainda, o agravante de um grupo específico ter tramado o assassinato triplo — do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, do vice-presidente Geraldo Alckmin e do próprio Moraes.

Para o ministro-relator, manter o sigilo absoluto sobre o inquérito permite que ele e seus assessores mais próximos consigam trabalhar de forma contínua e segura. Porém, anteriormente, Moraes levantou o sigilo do relatório final nas investigações de fraude dos cartões de vacina e dos desvios de joias saídas e outros itens do acervo presidencial. Nos dois casos, Bolsonaro foi indiciado.

O relatório final do inquérito chegando às mãos do procurador-geral da República, Paulo Gonet, ele decidirá o que fazer. Pode

apresentar denúncia imediatamente, solicitar mais diligências — mais investigações — ou arquivar. Para quem acompanha o caso, a tendência é de ele apresentar denúncia ou pedir mais apuração. A pessoas mais próximas, avisou que os casos do golpe, vacinas, joias são conexos — ou seja — devem ser tratados conjuntamente.

Já está com Gonet um material robusto de inquéritos sobre vacinas e joias do acervo presidencial. O inquérito do golpe engloba ainda um complexo plano que poria fim ao Estado Democrático, executaria políticos de peso, imporia milícias digitais e uma série de outras ações em 2022 — período pré e pós-eleitoral. A perspectiva é que o desenrolar do caso, como uma possível denúncia, fique para os primeiros meses de 2025.

TCU/Divulgação



Lucas Furtado pediu suspensão dos salários de militares indiciados

MP pede ao TCU bloqueio de R\$ 56 mi de indiciados

O Ministério Público pediu, ontem, ao Tribunal de Contas da União (TCU) o bloqueio de R\$ 56 milhões dos 37 indiciados pela Polícia Federal por suspeita de participação no plano golpista para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder.

O órgão argumenta que as articulações golpistas parecem ter conexão direta com os atos do 8 de Janeiro, que causaram estragos materiais estimados em R\$ 56 milhões na Praça dos Três Poderes.

“Os indiciamentos promovidos pela Polícia Federal e decorrentes de inquéritos sob a jurisdição do Supremo Tribunal Federal apontam para a direta conexão entre as tratativas golpistas que ocorreram no ano eleitoral de 2022 e as depredações ocorridas nas sedes dos três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023”, diz um trecho do pedido.

A representação enviada ao TCU é assinada pelo



Não me parece moral, legal e constitucionalmente aceitável, portanto, que continuem sendo regamente remunerados por um Estado que pretendiam abolir”

Lucas Furtado, subprocurador-geral, sobre o pedido que fez de suspensão dos salários dos 25 oficiais das Forças Armadas indiciados pela PF

subprocurador-geral Lucas Furtado. Ele também pede a suspensão dos salários dos 25 oficiais das Forças Armadas indiciados.

A lista inclui o próprio ex-presidente, os ex-ministros Walter Braga Netto (Casa Civil e Defesa) e Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional) e o ex-comandante da Marinha Almir Garnier Santos.

Lucas Furtado afirma que

os pagamentos vão na contramão da moralidade administrativa. “A se permitir essa situação dependendo recursos públicos com a remuneração de agentes que tramaram a destruição desse próprio Estado, para instaurar uma ditadura”, ressalta a representação.

“Não me parece moral, legal e constitucionalmente aceitável, portanto, que continuem sendo regamente remunerados por um Estado que pretendiam abolir”, acrescenta o procurador.

Remuneração

Lucas Furtado ainda recomenda a suspensão de qualquer outra remuneração ou subsídio que eventualmente sejam custeados com recursos públicos federais, inclusive do Fundo Partidário, o que poderia alcançar Valdemar Costa Neto, presidente do PL, outro indiciado no inquérito da PF.

O procurador sugere ao TCU que solicite ao Supremo Tribunal Federal (STF) o compartilhamento da íntegra do relatório de indiciamento da Polícia Federal, que até o momento é mantido em sigilo absoluto.